



5° EPPAC

Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe

13,14 e 15/09/2019

Benjamin Constant/AM - Brasil

Formação continuada de professores indígenas: perspectivas e desafios nas cidades e aldeias na Pan-Amazônia.

Elisângela Guedes da Silva¹

Heloísa Helena Corrêa da Silva²

Elciney da Silva Alfaia³

RESUMO

O artigo parte de uma pesquisa sobre a formação dos professores indígenas que residem no município do Amazonas, e que fazem fronteiras com os países da Pan-Amazônia em um recorte para as gerências escolar indígena na cidade de Manaus, como mantenedora dos centros educacionais indígenas. Destaca-se os planos de aula com disciplinas de conhecimentos tradicionais na Amazônia, e os povos indígenas que aqui vivem e vivem no contexto urbano, bem como, apresentar pela Secretaria Municipal de Educação os centros educacionais indígenas que trabalham a educação escolar indígena. A Secretaria Estadual de Educação com a formação continuada de professores indígenas. Com objetivo geral de conhecer o trabalho realizado pelas gerências indígenas através dos trabalhos dos professores formadores. A metodologia utilizada deu-se através da pesquisa bibliográfica na Gerência Indígena Municipal, e Gerência Indígena Estadual, como métodos utilizou-se observação e entrevista com os integrantes da pesquisa. Com os resultados de perceber o planejamento e formação dos professores indígenas no contexto urbano nos centros escolares indígenas, nas aldeias do Amazonas.

Palavras-chave: Formação de professores; Educação Indígena; Pan-Amazônia

¹ Pedagoga da rede estadual de educação, mestre em Sociedade Cultura na Amazônia

² Professora Dra. Universidade Federal do Amazonas

³ Professor de Geografia da rede Municipal de Ensino.

INTRODUÇÃO

Este trabalho, explícita o tema formação de professores indígenas, analisado a partir da experiência de elaboração e implantação das formações continuada Professores Indígenas-FPI. Passados mais de cinco séculos descolonização o Estado brasileiro acumulou uma dívida histórica com os povos originários desse território, os povos indígenas.

Embora se tenham avanços a partir da Constituição Federal de 1988, em termos de legislação, a diversidade de povos, culturas, línguas e sistemas educativos próprios coloca desafios para o Estado brasileiro, dentre eles, o atendimento da educação escolar indígena específica, diferenciada, intercultural, bi/multilíngue de acordo com a diversidade de povos indígenas. No tocante à região norte, os desafios são ainda maiores, em parte, devido à localização geográfica dos estados, à distância dos principais centros de decisão do país.

A Amazônia tem complexidades específicas: por ser o maior estado da federação, e ter o maior quantitativo de indígenas vivendo nas cidades e terras indígenas. As particularidades da região relacionadas à mobilidade humana dentro do próprio estado, assim como os desafios no que tange ao atendimento da diversidade, são imensuráveis, quer seja indígena, ribeirinha, afro-brasileira, do campo e comunidades tradicionais sofrem com as ausências de políticas públicas voltadas para os direitos dos Amazônidas.

No Amazonas, a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC) vem implementando esta política com sucesso. São mais de 50 mil alunos indígenas regularmente matriculados nas redes municipais e estaduais de ensino em todo o estado que recebem um atendimento específico. Como meio de assegurar a permanência dessas populações na escola, o Governo do Estado põe em ação uma série de medidas, inclusive a formação específica de professores, por meio do projeto Pirayawara. Pelo projeto a SEDUC já formou e está dando continuidade ao processo de

formação a mais de 700 professores de educação indígena para atuação em escolas, que em sua maioria ficam localizadas nas próprias aldeias indígenas. A meta principal do projeto Pirayawara é garantir aos povos indígenas uma educação diferenciada, específica, intercultural, bilíngue, de qualidade e que responda aos anseios desses povos.

DESENVOLVIMENTO

De acordo com Lei nº 9.394/96 em seu artigo 23 afirma que a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de estudos, grupos-não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Esta Matriz Curricular Intercultural de Referência para o Ensino Fundamental está estruturada em Áreas de Conhecimentos, integrando e articulando aspectos da vida indígena com os componentes curriculares. Esta referência de currículo proposto é aberta com orientações de considerar os objetivos, os conteúdos e procedimentos didáticos a serem adaptados à realidade de cada escola. Esses aspectos devem estar apontados no Projeto Político Pedagógico, serem claramente especificados na organização das atividades curriculares e constantes do planejamento didático. Além disso, é importante ressaltar que os componentes curriculares poderão ser desenvolvidos através da metodologia via pesquisa, assim como a produção de material didático e paradidático no processo de ensino-aprendizagem de cada povo.

Os Saberes Tradicionais e Formas Próprias de Educar contarão com a colaboração e atuação de especialistas em saberes tradicionais: os tocadores de instrumentos musicais, contadores de narrativas míticas, pajés e xamãs, rezadores, raizeiros, parteiras, organizadores de rituais, conselheiros e outras funções próprias e necessárias ao bem viver dos povos indígenas. O procedimento será aplicado em forma de Projetos, através de pesquisa com temáticas e área de interesse dos saberes indígenas nos que envolvem a consulta de outros membros da comunidade. (Resolução CEB/CNE nº. 5/12, art.2º, VII). Eles serão articulados numa perspectiva de

formação ampla, contemplando a gestão territorial e ambiental das terras indígenas e a sustentabilidade das comunidades indígenas, saúde indígena e pluralidade cultural, sendo desenvolvidos com atividades práticas e teóricas, tendo a base na cultura indígena e sua especificidade.

Áreas de Conhecimentos e Componentes Curriculares

Linguagens

Possibilitar aos indígenas, em conjunto com suas comunidades, a discussão e formulação de sua política cultural, linguística e pedagógica, atribuindo à escola tal função, utilizando e ressaltando a eficácia das diferentes formas de linguagens no intuito de estruturar suas experiências e aplicá-las a realidade da cada aldeia.

Língua Indígena

Componente Curricular obrigatório decorrente da LDB que integra a área de conhecimento de Linguagens (Resolução CEB/CNE Nº. 5/12). O currículo tem a função de atribuir-lhe status de língua plena e de colocá-la, no cenário escolar, em equidade com a língua portuguesa, observando-se os casos em que a mesma se alterna como primeira ou como segunda língua.

A língua Indígena é um componente que não deve ser trabalhado isoladamente, pois, a mesma perpassa em todas as áreas do conhecimento. Deve ser atribuída num contexto da realidade e necessidade de cada povo no fortalecimento de suas línguas, através do qual os povos constroem, modificam e transmitem suas culturas. (RCNE/Indígena/2005). Aos povos Indígenas que não falam mais a língua indígena de origem, a carga horária, destinada a essa língua, poderá ser dividida com o componente curricular Língua Portuguesa, de acordo com o consenso da comunidade, tendo como referencial o RCNEI/98 que versa sobre a importância de entendimento de que “mesmo tendo perdido sua língua de origem, um povo poderá continuar mantendo uma forte identidade étnica, uma forte identidade indígena.

A oralidade é a fala de um povo. Já a escrita é a representação física dessa fala, expressada por signos e símbolos gráficos. Daí, a necessidade de que ambas

ocupem espaços definidos nos processos de ensino e aprendizagem dos conhecimentos escolares, no intuito de desenvolver nos alunos competências linguísticas necessárias para que possam entender e falar nas mais variadas formas de comunicação a qual será submetido no dia-a-dia. A oralidade nas sociedades indígenas está presente nas relações de troca, construção e transmissão de conhecimentos em todas as fases da vivência humana, antagonicamente à escrita que tem uma história recente e conflituosa junto às sociedades indígenas.

Língua Portuguesa e Conhecimentos Tradicionais

Esse componente curricular será desenvolvido de forma intercultural, constará no currículo como instrumento de comunicação entre as diversas sociedades indígenas e não indígenas, buscando o acesso ao conhecimento e o exercício da cidadania. Nesse sentido, o uso desse sistema linguístico passará a ser um forte instrumento na interpretação e compreensão das bases legais que orientam a vida no país, compreendendo as normas do mercado de consumo, as relações de trabalho e demais formas de produção e negociações gerais. Além disso, também fortalecerá a divulgação do conhecimento da diversidade cultural e de afirmação étnica, tendo o ensino do português como primeira ou como segunda língua, de acordo com a situação sociolinguística de cada povo.

Centro de Formação Profissional Pe. José Anchieta – CEPAN

Nos avanços e conquistas na política educacional escolar indígena no Estado do Amazonas destacam-se as criações do: Conselho de Educação Escolar Indígena / CEEI-AM, órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento técnico sobre as matérias relativas às ações e projetos de Educação Escolar Indígena, desenvolvidos junto às comunidades indígenas no Amazonas, em todos os níveis de modalidade de ensino; A Gerência de Educação Escolar Indígena / GEEI, na estrutura da Secretaria de Educação, com a finalidade de executar a Política de Educação Escolar Indígena, que deve assegurar aos povos indígenas uma educação diferenciada e de qualidade, bi/multilíngue e intercultural e a Fundação Estadual dos Povos Indígenas - FEPI, cuja finalidade é de promover a Política Indigenista, em parceria com as organizações indígenas, órgãos governamentais e não governamentais.

O Plano Estadual de Educação/Educação Escolar Indígena, integrando-se aos dispositivos legais e às diretrizes para a Política de Educação Escolar Indígena pretendem responder à prioridade atribuída ao ensino aos povos indígenas, tendo como objetivo: assegurar condições de acesso e de permanência na escola à população escolarizável para a Educação Básica, garantindo uma educação diferenciada, específica, intercultural, bi/multilíngue, comunitária e de qualidade, que responda aos anseios dos povos indígenas.

O CEPAN através da coordenação de formação de professores indígenas, realiza um trabalho único na educação indígena do Amazonas. O plano abrange os municípios do estado, independentemente da localidade (ver plano no quadro) e as formas que os formadores, que utilizam dos variados meios de transporte aéreo, terrestre e fluvial. Como é de conhecimento o estado do Amazonas possui características regionais diferenciadas, que tornam alguma localidade de difíceis acessos.

Dessa forma, o CEPAN trabalha com planejamento anual, semestral e mensal das formações para atender a demanda. Segue o roteiro das atividades desenvolvidas: planejamento na Gerencia Indígena, Planejamento na coordenação de formação, criação do Plano de Ensino, Projeto Político Pedagógico, Plano de Curso em Ensino de Matemática e Conhecimento Tradicionais nas Séries Iniciais, Plano de Curso em Ensino de Língua Portuguesa e Conhecimento Tradicionais nas Séries Iniciais. Realiza formações para os professores indígenas dos municípios do Estado do Amazonas, com vistas à sistematização do planejamento das ações de formação a são desenvolvidas pela Gerência de Formação-GEFOR, em 2019, com base na Legislação e documentos oficiais que regem a Educação da Educação (BNCC, PNE, LDBEN 9394/96...)

Coordenação: Coordenação de Formação Docente das Escolas Indígenas

N Ord.	PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2019
01	AÇÃO: Multisseriado nas escolas indígenas.

N Ord.	PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2019		
02	DESCRIÇÃO: Visa orientar o professor das series iniciais a pratica docente em salas multisseriados nas escolas indígenas.		
03	JUSTIFICATIVA: Atendimento da Lei nº 4.183 de 26 de junho de 2015 do Plano Estadual de Educação do Amazonas (PEE/AM) nas suas metas 16.5, garante a promoção da Formação Continuada de docentes em todos os sistemas de ensino e em todas as áreas de atuação; e 21.17 que assegura o atendimento de 100% (cem) da Formação Inicial e Continuada de Professores Indígenas em regime de colaboração entre União, Estado e municípios das escolas indígenas e sistemas de ensino. Garantido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (Resolução nº 05/CNE-CEB/2012), no cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio (Resolução nº 01/CNE-CEB/2015). E também no eixo I do Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE) da Educação Escolar Indígena, que trata de promover a Formação Continuada de professores da educação escolar indígena, especialmente daqueles que atuam nos anos iniciais da educação básica, em escolas indígenas. Esta formação visa atender o quadro dos 4.571 professores indígenas aproximadamente, para o aperfeiçoamento do fazer pedagógico, fortalecendo a instituição como um todo, melhorando e cumprindo sua missão educacional para com os 65 povos indígenas , das 1.067 escolas indígenas , no atendimento dos 65.767 alunos indígenas dos sete Territórios Etnoeducacionais, sendo: Baixo Amazonas, Rio Negro, Médio Solimões, Alto Solimões, Vale do Javari, Juruá/Purus, Yanomami e Ye`kuana.		
04	OBJETIVO: promover formação de professores, atendendo às necessidades específicas das salas multisseriados em escolas indígenas, através do uso de metodologias que congregue a formação integral dos alunos à interdisciplinaridade em um diálogo intercultural.		
05	LOCAL: Alvarães, Santa Isabel do Rio Negro, Manaquiri, Tapauá, Uarini, Nhamundá, Beruri, Benjamin Constant e Pauini.	PERÍODO (S) PREVISTO (S): 1º semestre de 2019	CARGA HORÁRIA: 80hs
06	PÚBLICO ALVO: Professores das séries iniciais das escolas indígenas		
	OPERACIONALIZAÇÃO: CEPAN /GEFOR Alvarães: Manaus/Tefé – aéreo Tefé/Alvarães – fluvial e terrestre Santa Isabel do Rio Negro: aéreo Manaquiri: Manaus/ Manaquiri – fluvial ou terrestre	Tapauá: fluvial Uarini: Manaus/Tefé – aéreo Tefé/Uarini – fluvial Nhamundá: Manaus/Parintins – aéreo	

N Ord.	PLANO DE FORMAÇÃO PARA 2019	
07	Beruri: Manaus/Manacapuru – terrestre Manacapuru/Beruri - fluvial Benjamin Constant: Manaus/Tabatinga – aéreo Tabatinga/Benjamin Constant – fluvial	Parintins/Nhamundá – fluvial Pauini: Manaus/Rio Branco – aéreo Rio Branco/Boca do Acre – Terrestre Boca do Acre/Pauini - fluvial
08	MODALIDADE: Presencial	
09	METODOLOGIA: será desenvolvido um conjunto de atividades de análise e reflexão sobre as práticas pedagógicas utilizadas nas salas multisseriadas, fomentando oficinas de planejamento de aula, seleção de conteúdo, pesquisa de campo e bibliográfica, produção e revisão de materiais didáticos e elaboração de projetos interdisciplinares a serem efetuados de modo participativo.	
110	PARCERIAS: Secretarias municipais de educação.	

Figura 01 Fonte Gerência de Formação de Professores Indígenas CEPAN, 2019

Coordenação de Formação Continuada de Professores Indígenas no Amazonas
FORMAÇÃO CONTINUADA INDÍGENA 2019

Nº	Mês	Município	Período de Trabalho	Ida/Volta	Formadores	Contato	E-mail
01	Abril	Santa Isabel do Rio Negro	06 a 10.05.19	04.05 a 11.05	Rauciele Cazuzza	Profa. Elivone	enovsantos@gmail.com Profa. Elivone (Secretária de Educação)
02		Beruri	02 a 04.05.19	01 a 05.05	Alva Rosa Vieira	Isaires	ramosmura.27@gmail.com
03	Maio	São Gabriel Cachoeira	09 a 18.05.19	07/05 a 21/05	Lissandra Silva (07 a 21/05) e Cristina Canuto (12 a 21.05)	Jaqueline	Jaque line@gmail.com
04		Itacoatiara	07 a 10.05.19	06 a 11.05	Cristina Canuto		cris@gmail.com
05		Tapauá	20 a 24.05.19	19 a 25.05	Rauciele cazuzza	Raimundo	Raimundo (Coordenador)
06	Junho	Uarini	10 a 15.06.19	08 a 17.06	Lissandra Silva e Cristina Canuto	Ana Maria	Ana Maria (Secretária de Educação)
07		Anamá	24.06 a 04.07.19	23.06 a 05.07	Lissandra Cristina e Raul	Maria do Carmo	Maria do Carmo (Coordenadora)
08	Agosto	Nhamundá					
		Pauini	21 a 29	20.08 a 30.08	Rauciele e Tatiana	Amarildo (97) 99168-8759	

Figura 02, fonte: Gerência de Formação de Professores Indígena CEPAN, 2019)

CONCLUSÃO

A formação continuada de professores indígenas, são resultados de lutas dos povos indígenas no Brasil. Na Pan-Amazônia, grupos indígenas migraram para outros locais por motivos diversos, mas que pode ser enfatizado a busca por espaço na área da educação. Números revelam que a formação indígena cresce a cada ano, e esse crescimento dar-se-á por parte dos povos indígenas presentes nos centros acadêmicos. Por muitos anos a educação indígena era um componente estratégico das relações de poder estabelecidas entre o Estado invasor e os povos originários.

Dessa forma, conscientes da realidade imposta pelo projeto colonial, os povos indígenas, anteriormente avessos à educação escolar branca ocidental, por entendê-la como sendo um dos principais instrumentos a serviço da colonialidade do poder, resolveram, num dado momento histórico, convertê-la em mais um instrumento de resistência, de libertação, fazendo dessa forma, um processo de apropriação e redefinição do papel da escola. Por essa razão, o movimento de professores indígenas, se orienta por uma perspectiva de luta em vista de uma prática educativa que contribua para o processo de descolonialidade, por uma educação descolonial e libertadora.

A Amazônia precisa ser compreendida na sua singularidade para implementar uma política pública condizente com sua realidade, principalmente quanto às políticas públicas voltadas para os indígenas que estão fora das aldeias, nos centros urbanos, nas cidades. Lutando por visibilidade, e preservação dos saberes tradicionais, repassados por anos pelo ancestrais.

REFERÊNCIAS

Corrêa da Silva, Heloísa Helena. **EXPRESSÕES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MÉDIO JURUÁ** - AM. 1. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas EDUA, 2012. v. 1. 362p

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988 a. _____. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, nº. 248, dez. 1996

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Indígena.** Brasília: MEC, 1993. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. Brasília: MEC, 199

_____. Referenciais Para a Formação de Professores Indígenas. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2002. GRUPIONI, Luis Donisete Benzi.

BRASILEIRO, D. M.; Correa da Silva, Heloisa Helena. **A PROTEÇÃO SOCIAL E SUA APLICAÇÃO PARA OS POVOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA** GT3-021. In: 4º Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe, 2017, Boa Vista - RR. Anais EPPPAC 2017 4º Encontro de Políticas Públicas para a Pan-Amazônia e Caribe. MANAUS-BR: EPPPAC, 2017. v. 3. p. 1-10.

3. CAPÍTULO DE LIVRO:

CORREA DA SILVA, Heloisa Helena e Alba dos Prazeres de Andrade. **LA CUESTIÓN SOCIAL Y LA PROTECCIÓN SOCIAL: AMÉRICA LATINA Y PAN-AMAZONIA. I ENCUENTRO INTERNACIONAL GESTIÓN SOCIAL PARA EL DESARROLLO HUMANO** IX Encuentro Centroamericano y del Caribe Políticas Sociales y Trabajo Social Política e intervención social: Multiculturalismo y Derechos Humanos. Cartagena de Indias, Marzo 30 – abril 1º de 2011.